

**RE nos EDcl no AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº
57.107 - MG (2018/0081423-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DO ESTADO
DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : SEBASTIÃO HASENCLEVER BORGES NETO E OUTRO(S) -
MG079551
JOSE ALFREDO BORGES - MG021350N
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : MARIO EDUARDO GUIMARAES NEPOMUCENO JUNIOR E
OUTRO(S) - MG102604

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRINCÍPIO DA
LEGALIDADE. INTERPRETAÇÃO DE NORMA
INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA.
SÚMULA 636/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela ASSOCIAÇÃO DOS
FUNCIONÁRIOS FISCAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (AFFEMG), com
fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da
Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 531/532):

PROCESSUAL — CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO
INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE
SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.
APLICABILIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. DISPONIBILIZAÇÃO
ANUAL DE INFORMAÇÕES SOBRE BENS E EVOLUÇÃO
PATRIMONIAL. OBRIGATORIEDADE. PRECEDENTES DO STJ E
STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A
DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º,
DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão
realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data
da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se
o Código de Processo Civil de 2015.

II – O acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta
Corte e no Supremo Tribunal Federal, segundo o qual os servidores
públicos já estão, por lei, obrigados na posse e depois, anualmente, a
disponibilizar informações sobre seus bens e evolução patrimonial, razão
pela qual conclui-se que o Decreto Estadual n. 46.933/16 não extrapolou
o poder regulamentar, estando em sintonia com os princípios que regem
a Administração Pública, previstos no art. 37 da Constituição da
República.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir

a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls.581).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 598/623), sustenta a recorrente, em síntese, a existência da repercussão geral da questão tratada e que houve violação ao art. 5º, II, X e XII, da Constituição Federal.

Aduz que as disposições da Lei Federal 8.429/92 (Lei de Improbidade) não se aplicam ao Estado de Minas Gerais e que o Decreto Estadual 46.933/16, o qual prevê a obrigatoriedade de apresentação anual da declaração de bens pelos seus filiados, não extrai seu fundamento de validade de lei formal. Pondera que está, portanto, malferido o princípio da legalidade, o que torna nula tal previsão. Afirma que a entrega da declaração patrimonial afronta, por consequência, as garantias de intimidade, privacidade e do sigilo da correspondência dos servidores públicos ora recorrentes.

Contrarrazões apresentadas às fls. 631/639.

É o relatório.

Decido.

O recurso extraordinário não deve ser admitido.

Extraio do acórdão impugnado que o Superior Tribunal de Justiça decidiu a questão assentando que o Decreto Estadual n. 46.933/16 não extrapolou o poder regulamentar, haja vista que os servidores públicos já estão obrigados à apresentação anual de declaração de bens por lei nacional (Lei 8.429/92).

A hipótese, atraindo, pois, a incidência do enunciado da Súmula nº 636 do Supremo Tribunal Federal, in verbis:

“Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.”

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes do STF:

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Concessão de licença ambiental. **3. Alegação de ofensa ao princípio da legalidade. Incidência da Súmula 636 do STF.** 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravo regimental desprovido.

(ARE 1160836 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 14/12/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-019 DIVULG 31-01-2019 PUBLIC 01-02-2019)

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Administrativo. Procurador federal. Progressão funcional. **Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa.** Fatos e provas. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. **1. Não se presta o recurso**

extraordinário para a análise de matéria ínsita à legislação infraconstitucional, tampouco para o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos. **Incidência das Súmulas nºs 636 e 279/STF.** 2. Agravo regimental não provido. 3. Majoração da verba honorária em valor equivalente a 10% (dez por cento) do total daquela já fixada (art. 85, §§ 2º, 3º e 11, do CPC), observada a eventual concessão do benefício da gratuidade da justiça.

(RE 1114816 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 25/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-119 DIVULG 14-06-2018 PUBLIC 15-06-2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE CONCESSÃO. DESCUMPRIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA PELA AGÊNCIA REGULADORA. **OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. SÚMULA 636.** NECESSIDADE DE REEXAME DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA 454. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. CABIMENTO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. **I. Este Tribunal entende não ser cabível a interposição de recurso extraordinário por contrariedade ao princípio da legalidade quando a verificação da ofensa envolva a reapreciação de interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Tribunal de origem (Súmula 636 do STF).** II. Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo Tribunal de origem, necessário seria o reexame de cláusulas contratuais e a interpretação de normas infraconstitucionais, o que atrai a incidência da Súmula 454/STF ou porque a afronta à Constituição, caso ocorrente, seria indireta. III- Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, majoro os honorários recursais, observados os limites legais dos § 2º e § 3º, do mesmo artigo. IV- Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC.

(ARE 1002327 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 31/03/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-074 DIVULG 10-04-2017 PUBLIC 11-04-2017)

Como visto, a apreciação da violação ao princípio constitucional da legalidade, indicado nas razões recursais, demandaria o exame da legislação infraconstitucional ventilada na decisão recorrida.

Forçoso concluir, portanto, que eventual ofensa à Constituição Federal, se houvesse, seria reflexa, o que impossibilita o apelo extremo.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, não admito o recurso extraordinário.

Publique-se.

Intimem-se.'

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente